



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA
Ata da 46ª reunião, realizada em 26 de setembro de 2011

1 Em 26 de setembro de 2011, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio
2 Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
4 efetivos e suplentes: a presidente Ana Carolina de Brito Machado, Henrique
5 Augusto Reis, Saulo de Souza Queiroz, Paulo Emílio Guimarães Filho, Marcelos
6 Antônio Marques, Luiz Henrique Passos Rezende e Fábio Santos Dutra –
7 representantes do poder público; Paula Meireles Aguiar, Carlos Alberto Santos
8 Oliveira, Marco Aurélio Moreira, Francisco Assis Lafetá Couto, João Eustáquio
9 Beraldo Teixeira e Lenice Neves Guimarães – representantes da sociedade civil.
10 Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.
11 Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) **ABERTURA.** A presidente Ana Carolina
12 de Brito Machado declarou aberta a 46ª reunião da Unidade Regional Colegiada do
13 Rio Paraopeba. 3) **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Operação padrão**
14 **dos funcionários do Sisema.** A conselheira Lenice Neves Guimarães fez leitura de
15 comunicado dos funcionários do Sisema: “Os servidores do Sisema vêm, mais uma
16 vez, se manifestar perante esta Unidade Colegiada do COPAM e solicitar o apoio
17 dos senhores conselheiros, empreendedores e demais presentes nesta reunião ao
18 movimento pela melhoria das nossas condições salariais e de trabalho, no sentido de
19 que essa situação se normalize o mais rapidamente possível, evitando que a mesma
20 evolua para uma possível greve total. Nós entendemos que a política salarial do
21 Estado é um desrespeito aos profissionais graduados e pós-graduados que não
22 recebem o mínimo compatível com a sua função exercida e o seu nível de
23 responsabilidade. Assim, encaminhamos ao governo, por duas vezes, uma pauta de
24 reivindicações, cujas respostas, em sua maioria, não foram consideradas atendidas
25 satisfatoriamente. Em vista dessas respostas, após diversas reuniões em todas as
26 unidades do Sisema no Estado e três assembleias gerais da categoria, realizadas em
27 Belo Horizonte nos dias 23/8, 5/9 e 16/9 deste ano, os servidores decidiram realizar
28 uma operação padrão, na qual reduzimos parte de nossas atividades por tempo
29 indeterminado ou até que o governo atenda às nossas reivindicações. Dentre as
30 ações estabelecidas na operação padrão, inclui-se parar a análise de processos e a
31 emissão de todos os atos autorizativos, como licenciamentos, outorgas e DAÍAs.
32 Neste sentido, estão paralisadas as vistorias, reuniões e solicitação de informações
33 complementares, dentre outras atividades. Informamos que nós, servidores, apesar
34 de termos participado de parte da análise dos processos de licenciamento ambiental,
35 não participamos do fechamento e conclusão dos mesmos. Assim, nossos nomes
36 foram retirados dos pareceres únicos pautados na presente URC, razão pela qual não
37 nos responsabilizamos pelo seu conteúdo final, defesa dos argumentos, decisões

38 tomadas a partir desse e também pelas consequências advindas de tais decisões.
39 Esclarecemos que os pareceres em pauta foram concluídos somente pelos analistas
40 contratados (contratos administrativos) e, em virtude de diretrizes encaminhadas
41 pela SEMAD para todas as chefias imediatas do Sisema, os mesmos não podem
42 aderir à greve, sob pena de extinção do contrato. Assim como já foram lidos
43 manifestos nas últimas reuniões desta URC, também estão sendo realizadas
44 manifestações como esta em todas as reuniões das Unidades Regionais Colegiadas
45 do COPAM, bem como em reuniões da COPA e dos Comitês de Bacias em todo o
46 Estado. É importante informar que, até a presente data, em apoio ao nosso
47 movimento, não ocorreram as reuniões de setembro de 2011 das URCs Noroeste e
48 Norte de Minas, por falta de quorum e por decisão dos conselheiros presentes,
49 respectivamente. Em reuniões de outras URCs também foi levantada a proposta de
50 cancelamento. Estamos amparados por duas associações legítimas que representam
51 os interesses dos trabalhadores do Sisema, a saber: a Assema – Associação Sindical
52 dos Servidores Estaduais de Meio Ambiente e a Asiverde – Associação Integrada
53 dos Servidores Públicos do Meio Ambiente e Correlatos de Minas Gerais.
54 Gostaríamos de solicitar que a nossa manifestação conste na ata desta reunião e de
55 obter retorno da moção proposta pelos conselheiros da URC Velhas realizada há
56 dois meses atrás. Informamos, ainda, que estamos abertos para novas negociações
57 junto com o Governo do Estado. Por fim, conforme determinado em assembleia
58 geral, pedimos licença para nos retirarmos desta reunião. Atenciosamente,
59 servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.”
60 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Na qualidade de membro desta
61 Câmara e deste Conselho, representando a Federação da Agricultura, e na qualidade
62 também de cidadão mineiro, eu quero hipotecar o pleno, total e irrestrito apoio ao
63 movimento dos funcionários do Sisema e fazer duas perguntas. A primeira, não
64 precisa responder. A primeira pergunta é o seguinte: possivelmente, eu sou o
65 conselheiro mais antigo tanto de idade como de representação. E eu percebo, com
66 muita clareza – não estou falando bobagem –, que tem uma porção de gente muito
67 interessada na melhoria do meio ambiente, na recuperação do meio ambiente – eu
68 sou um, os conselheiros são outros, as entidades. E o Estado não está nem aí para o
69 meio ambiente. Foi o que eu percebi nesses tantos anos de membro do Conselho
70 Administração do IEF, membro do Conselho de Administração do IGAM, membro
71 dessas câmaras todas que estão por aí. A impressão que me deixa é que o Estado
72 tem absoluto desprezo pelo meio ambiente. Então, essa é uma pergunta que não
73 precisa ser respondida. E a segunda pergunta é o seguinte: tendo em vista a
74 manifestação aqui dos representantes, dos grevistas, que estão se afastando desta
75 reunião e não se responsabilizam, eu gostaria de saber da legalidade de a gente estar
76 aprovando licenças por um grupo de técnicos, que devem ser competentes,
77 evidentemente, que têm uma vinculação administrativa. A pergunta é essa. Eu
78 gostaria que me fosse respondida pelo Jurídico.” Presidente Ana Carolina de Brito
79 Machado: “É legítimo o movimento que vocês estão fazendo e, embora não tenham
80 participado da conclusão dos pareceres únicos, a análise toda está respaldada na

81 análise da Supram. Os técnicos responsáveis – os diretores técnico, operacional e
82 jurídico – estão aqui para subsidiar todo o processo, toda a análise que foi feita e
83 concluída. Então, a legalidade está nesta questão. Eu acho que, de repente, o
84 processo não pode ser personificado numa pessoa; vai dar continuidade. A licença
85 sai em nome do Estado e não de uma pessoa específica. Então, acho que a gente
86 também teria que focar nisso.” Diego Fugiwara, chefe do Núcleo Jurídico da
87 Supram: “É exatamente o que a Presidência acaba de colocar. A equipe da Supram
88 Central é composta por servidores que, neste momento, participam desse
89 movimento de paralisação, e também por servidores em sentido amplo, aqueles
90 chamados contratos administrativos, que compõem as nossas equipes de análise em
91 todos os processos que são votados aqui neste Colegiado. Existem aqui esses
92 servidores chamados contrato administrativo, que darão suporte necessário para
93 votação dos processos em pauta, tanto quanto a Superintendência, esta Diretoria
94 Jurídica e a Diretoria de Apoio Técnico. Esperamos, neste sentido, esclarecer os
95 questionamentos dos conselheiros para que seja encaminhada a votação com a maior
96 segurança possível.” Conselheiro Marco Aurélio Moreira: “Antes de fazer algumas
97 considerações, eu gostaria de perguntar para a Mesa, sabendo que a Mesa,
98 obviamente, está numa situação – eu creio – extremamente desconfortável, no
99 sentido de ter diretrizes do Estado e, ao mesmo tempo, companheiros de trabalho.
100 Isso é danoso para todos. Depois eu faria a consideração, mas gostaria, no momento,
101 do retorno da moção proposta pelos conselheiros da URC há dois meses atrás. A
102 resposta que a Mesa e o Estado poderia nos passar.” Scheilla Samartini Gonçalves,
103 superintendente da Supram Central Metropolitana: “A moção foi encaminhada ao
104 presidente desta URC, o nosso secretário adjunto, doutor Augusto Lio Horta, mas
105 não tivemos ainda nenhum retorno, e vou pedir à Diretoria Operacional que se
106 incumba disso na próxima reunião. Quanto ao desconforto desta Mesa, ele é
107 inerente ao momento que estamos vivendo. Nós temos que passar por isso,
108 infelizmente, nós não podemos escolher o que vivenciar no nosso dia a dia. Então,
109 temos momentos melhores, outros piores, e estamos passando por este momento
110 conturbado. Como disse a nossa presidente, a reivindicação dos servidores é lícita,
111 mas, por outro lado também, nós temos, como gestores do Sistema Estadual de
112 Meio Ambiente, as nossas responsabilidades junto a esses empreendedores que se
113 fazem aqui presentes e, especialmente, junto a este Conselho. Então, desconforto faz
114 parte do nosso dia a dia, ora ele é maior, ora ele é menor, mas nós temos que
115 conviver com ele. Infelizmente, nós não podemos escolher isso.” Conselheiro Marco
116 Aurélio Moreira: Fazendo, de maneira breve, as minhas considerações, eu concordo
117 totalmente, integralmente, com a manifestação do conselheiro Carlos Alberto. Faço
118 das palavras dele as minhas. E, assim como ele crê que os processos estão
119 vulneráveis, eu diria, com alguma fragilidade. Certamente, no momento de
120 discussão, em que é necessária a presença dos técnicos que estavam in loco, que
121 sustentaram, que têm um maior conhecimento. Com todo respeito à superintendente,
122 à diretora, mas não tenha dúvida de que é na ponta que as coisas acontecem. E esse
123 é o papel dos técnicos. Sei também da dificuldade dos técnicos que estão nesse

124 regime de contrato administrativo. Outro fato que me chama bastante atenção são as
125 empresas de médio porte e pequeno porte, que são duramente penalizadas neste
126 momento. Quando nós discutimos a questão ambiental, um elemento fundamental é
127 ‘o empreendedor, a empresa’. E também outra variável fundamental é o agente, o
128 funcionário público, o profissional do sistema, que, neste momento, está neste
129 movimento padrão. Eu fico numa situação extremamente desconfortável para estar
130 votando, presidente, os processos não só desta URC, mas, logo mais, à tarde, da
131 URC Velhas. Eu creio, inclusive, como sugestão, já que meio ambiente, com todas
132 as variáveis – volto a dizer, empreendedor e os técnicos têm um papel destacado,
133 fundamental. E, dado a fragilidade, o desconforto, a insegurança, pode gerar,
134 inclusive, insegurança jurídica. Apesar de eu não ser advogado, poderia gerar,
135 inclusive, alguma insegurança jurídica nas nossas decisões. Eu, inclusive, sugeriria,
136 apesar de não estar aqui presente, que o Ministério Público pudesse se posicionar.
137 Eu, pessoalmente, entendo a justeza do movimento, sou totalmente solidário ao
138 movimento dos funcionários do Sisema. Pena que não está aqui, mas gostaria muito
139 que pudesse ter uma intervenção direta, sabendo que essa variável mão-de-obra,
140 técnico, é indispensável na questão ambiental. Daí, só para finalizar, dado o
141 desconforto, eu sugeriria que fosse adiado, que, apesar do quórum, não se realizasse
142 qualquer discussão desse processo.” Presidente Ana Carolina de Brito Machado:
143 “Eu reitero que o diretor técnico está aqui, o diretor jurídico está aqui, a
144 Superintendência está aqui. Eles estão totalmente aptos a dar suporte jurídico e
145 técnico para todos os processos que estão pautados nesta URC. Quanto a isso, o
146 senhor não precisa ficar desconfortável. A questão do Ministério Público aqui: ele
147 realmente atua como um conselheiro e não está aqui, digamos, na função de
148 interventor – de fiscal da lei, sim, mas não de interventor – na esfera judicial. Se
149 fosse o caso, isso seria visto à parte do COPAM. E, com certeza, a Assema e a
150 Asiverde estão tomando as providências fora também deste Conselho. É o espaço
151 que eles têm e, concordo, devem ser vistos. Mas, quanto à sua sugestão, eu gostaria
152 também de partir para a sensibilização dos conselheiros de que, uma vez aberta esta
153 reunião, ela está devidamente instalada com quórum para votação. Eu tenho que
154 advertir aqui que, estando aberta, o quórum é só para instalação. Para deliberação,
155 delibera-se aqui com os conselheiros que estiverem presentes. E que a greve é, sim,
156 legítima, porém, o meio ambiente também pede num outro sentido. A não-
157 concessão dessas licenças, a não-análise disso tudo também prejudicam o meio
158 ambiente. Várias empresas estão deixando de serem licenciadas, devidamente
159 licenciadas, por conta de adiar isso de uma forma ou de outra numa reunião. Então,
160 eu deixo com os senhores essa sensibilização dessa situação e realmente insisto para
161 que a gente dê seguimento à reunião. O procedimento padrão vai dar segmento
162 conforme todas as diretrizes que eles estão recebendo e conforme a legalidade
163 também em que eles estão sendo amparados, mas no âmbito que cabe a eles. E, no
164 COPAM, a manifestação está registrada, mas eu acho que nós temos que dar
165 seguimento aos nossos trabalhos.” Conselheiro Saulo de Souza Queiroz: “A minha
166 pergunta única e exclusiva é o seguinte: tendo-se a reunião, dando-se continuidade

167 ao procedimento, os passos posteriores que têm que ser feitos no trâmite dentro do
168 Estado estariam acobertados, estariam seguros. No caso, tem que ir à Casa Civil,
169 tem que ir a outras secretarias de Estado... Só estou perguntando justamente para
170 que a gente fique calçado, bem sustentado, para que não haja nenhum problema, que
171 a gente venha fazer sem o posicionamento do técnico, apesar de vocês estarem
172 colocando que estão aqui a diretoria técnica, a diretoria jurídica. Mas se não haveria
173 problema para frente no fluxograma, nas atividades em si.” Presidente Ana Carolina
174 de Brito Machado: “A licença concedida aqui tem plena eficácia, plena legalidade.
175 Ela é publicada e o empreendedor já está, ambientalmente, licenciado a operar, ou a
176 sua Licença Prévia, dependendo de qual licença ele está pleiteando. Em outras
177 secretarias, poderiam deflagrar outros procedimentos, mas, na SEMAD, em termos
178 ambientais, o empreendimento já estaria ok., com a licença concedida.” Conselheiro
179 Marco Aurélio Moreira: “Dada a sugestão proposta, colocada por mim, de
180 encaminhamento, ela antecede a sequência da pauta. A sugestão, a proposição feita
181 por mim é no sentido de, apesar de ter sido instalada a reunião – foi dado quórum –,
182 eu colocaria, como ponto de pauta, o encaminhamento, portanto, que seria a
183 suspensão ou adiamento. Que seja até uma reunião extraordinária, porque eu,
184 pessoalmente, me sinto desconfortável. E, mais, digo para a senhora, eu, como vice-
185 presidente da Federaminas, como empresário que sou, certamente, entre todos, sou
186 um dos que está mais sendo penalizado por esse movimento. Mas, por outro lado,
187 com a fala do Carlos Alberto, é uma situação insustentável, não vem de agora. Há
188 um bom tempo, isso vem penalizando o empreendedorismo no Estado de Minas
189 Gerais. Então, peço para a senhora para que possam, com os demais conselheiros,
190 verificar e levar adiante essa proposição feita por mim.” Presidente Ana Carolina de
191 Brito Machado: “Eu insisto nessa situação. Eu acho que os conselheiros que não
192 estiverem confortáveis com o prosseguimento da reunião estão à vontade: a reunião
193 foi instaurada. Apesar da greve, a gente está aqui com todo o apoio técnico e
194 jurídico necessário para dar amparo a todos os processos pautados nesta reunião.
195 Quanto a isso, eu insisto: os senhores conselheiros não precisam ficar
196 desconfortáveis. Eu insisto para a gente dar prosseguimento e, aqueles que não se
197 sentirem confortáveis votando um ou outro processo que declarem o seu voto ou
198 que, de repente, não façam parte. Isso fica a critério de cada um mesmo. Mas que a
199 reunião foi instaurada, o meu papel de presidente é prosseguir nessa questão. Já
200 tiveram outras ocorrências nas outras URCs do Estado, com a mesma situação, e
201 essa foi a condução dada, foi aderido, e todas as outras reuniões deram segmento
202 normalmente.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Ainda que tenha sido
203 esclarecida a questão da legalidade, eu permaneço numa dúvida. Não vamos discutir
204 agora, porque a forma de cada um interpretar e entender as leis é diferenciada. Mas
205 o que está me preocupando é o seguinte: o Estado de Minas Gerais, ao longo de
206 tantos anos que a gente vem observando – o Estado; não estou falando aqui dos
207 conselheiros deste Conselho e de outros que existem nem dos funcionários –, tem
208 uma atitude clara de desídio em relação ao meio ambiente. E tem uma hora que isso
209 tem que parar. A gente quer, realmente, uma recuperação do meio ambiente, a gente

210 quer uma melhoria do meio ambiente, e eu não vejo. Tem um negócio interessante,
211 tem a CPB, que é a Câmara de Proteção da Biodiversidade. É lá na CPB que o
212 fenômeno da compensação ambiental se materializa. Então, os processos vão para a
213 CPB, julga-se e, julgado o processo, a empresa paga a compensação ambiental. Nem
214 para entrar dinheiro o Estado não deu jeito na CPB. A CPB se reuniu uma vez neste
215 ano, ou duas. Então, quando eu falo que o estado tem um comportamento de desdémio
216 perante o meio ambiente, estou dando o exemplo aqui agora. Quer mais um
217 exemplo? Eu faço parte da câmara de julgamento de processos administrativos do
218 IEF. Tem mais de 15 mil processos para serem julgados, e não julga.
219 Permanentemente. E não vou ficar aqui aproveitando que sou muito velho de
220 Conselho, muito velho de IEF. Não vou ficar aqui desfilando. Eu tenho a impressão
221 que talvez caiba a nós, conselheiros, alertar o governador também e o secretário-
222 adjunto administrativo, que é o presidente da Câmara – que deveria ter dado
223 encaminhamento à moção e não deu, e que não veio aqui também hoje, o doutor
224 Augusto Lio. Por essa razão é que eu acho que a proposição do conselheiro deve ser
225 colocada em votação.” Conselheiro João Eustáquio Beraldo Teixeira: “Primeiro, me
226 manifestar solidário ao movimento e cumprimentar a todos que aqui estão, porque a
227 gente conhece a luta de vocês de longa data. Tendo em vista essa situação
228 específica, estando desconfortável em estar presente, eu gostaria de declarar meu
229 voto e minha abstenção em todos os processos de hoje.” Conselheiro Luiz Henrique
230 Passos Rezende: “Eu queria falar um pouco a respeito da questão de o meio
231 ambiente ser uma questão do Estado, porque a gente precisa de um Estado que não
232 tenha interferência. Esse Estado tem que tomar a decisão, então, o grupo técnico tem
233 que se sentir confortável de fazer uma análise e dar retorno nessa análise como a
234 melhor análise, sem interferência política, sem interferência de qualquer lado que
235 seja. Me assusta muito a gente está votando aqui. Vou até ler o terceiro parágrafo, a
236 última linha: ‘Esclarecemos que os pareceres em pauta foram concluídos somente
237 pelos analistas contratados (contratos administrativos) e, em virtude de diretrizes
238 encaminhadas pela SEMAD para todas as chefias imediatas do Sisema, os mesmos
239 não podem aderir à greve, sob pena de extinção do contrato.’ Isso vai virar uma
240 moda, a gente contratar as pessoas para aquilo que a gente quer que se execute.
241 Então, cada político do Estado que entrar, seja de um movimento de direita, de
242 esquerda, de centro, seja lá o que for, tem a tendência dele e ‘você vai fazer da
243 forma como eu quero que seja feito; e se você não fizer você está na rua. Por favor,
244 faça isso.’ Eu fico muito temerário quanto a isso e eu queria prestar minha
245 solidariedade aos colegas, porque eu acho que o salário chegou a um nível de... Não
246 tem como se expressar, não tem como chegar e colocar isso aqui. Não é só nesse
247 nível, é no nível de professorado do Estado e outras coisas que precisam ser revistas.
248 Na década de 90, eu era servidor público federal, então, a política de governo era
249 esta: ‘o funcionário é o erro do Estado, é o que não presta. A culpa de todo problema
250 econômico é o funcionário público’. Então, me parece que isso se repete neste
251 momento com esses salários miseráveis e tal, haja vista que existem outras milhares
252 de coisas em andamento e estão gastando vultosas quantidade de dinheiro, e foram

253 gastas no último governo também. Uma Cidade Administrativa que não sei quanto
254 que deve estar sendo pago de dívida todo mês para pagar o dinheiro que foi
255 emprestado para concluir aquela obra, que eu acho que é um negócio faraônico e
256 não deveria nem estar lá. Então, eu peço a solidariedade e caminho no mesmo
257 entendimento do José Eustáquio: eu vou declarar abstenção em todos os processos
258 que forem votados hoje em solidariedade aos colegas.” Presidente Ana Carolina de
259 Brito Machado: “Com a prerrogativa de presidente, eu vou dar segmento a esta
260 reunião. Aqueles que não se sentirem confortáveis em deliberar os processos
261 pautados hoje, eu peço, então, que façam declaração de voto ou se abstenham,
262 enfim, que também façam a sua contrapartida. E, para aqueles que vão deliberar, a
263 gente dá seguimento à reunião. Não será colocada em votação (a suspensão desta
264 sessão da URC), eu tenho a prerrogativa, tive orientação. Então, vamos prosseguir
265 na reunião e, quem não estiver confortável, mesmo com todo o respaldo jurídico e
266 técnico aqui presente, por favor, se abstenha ou faça a sua declaração de voto. Mais
267 uma vez, eu também reitero que a manifestação é legítima, eles têm o espaço para
268 reivindicar. As questões que eles estão pleiteando estão sendo analisadas pelo
269 secretário, pelo governador. Eles (os servidores) têm espaço aqui para fazer o seu
270 manifesto, eles têm espaço lá fora para fazer, estão usando de todos os meios
271 garantidos a eles. Mas aqui nós temos que dar seguimento na função do Conselho,
272 não tem motivo, hoje, para suspender esta reunião, considerando que a equipe
273 técnica e jurídica está aqui para embasar todos os processos pautados na reunião.
274 Dessa forma, não será votada a suspensão ou não desta reunião. Nós prosseguiremos
275 temos, e aqueles que não estiverem confortáveis, por favor, declarem seu voto ou
276 sua abstenção.” **4) EXAME DAS ATAS DA 44ª E 45ª REUNIÕES DA URC**
277 **PARAOPEBA. Ata da 44ª reunião.** A ata da 44ª reunião da Unidade Regional
278 Colegiada do Rio Paraopeba, realizada em 16 de agosto de 2011, foi retirada de
279 pauta para complementações propostas pelas conselheiras Lenice Neves Guimarães
280 e Paula Meireles Aguiar. Conforme consenso, as conselheiras deverão encaminhar,
281 formalmente, à Supram, as propostas de inclusão na ata. **Ata da 45ª reunião.** A
282 Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba aprovou por unanimidade a ata da
283 45ª reunião, realizada em 29 de agosto de 2011, com abstenções dos conselheiros
284 Fábio Santos Dutra, Marcelos Antônio Marques, João Eustáquio Beraldo Teixeira,
285 Luiz Henrique Passos Rezende, Carlos Alberto Santos Oliveira, Marco Aurélio
286 Moreira e Lenice Neves Guimarães. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE**
287 **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO**
288 **CORRETIVA. 5.1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa).**
289 **Sistema Rio Manso. Barragem de saneamento, tratamento de água para**
290 **abastecimento e descarga de fundo de represa. Brumadinho/MG. COPAM/PA**
291 **00037/1988/006/2010.** Aprovada por unanimidade alteração da condicionante nº 32
292 com a seguinte redação: “Incidência da compensação ambiental da Lei do SNUC,
293 recomendando-se que os recursos advindos desta cobrança sejam aplicados
294 prioritariamente para: a) a regularização fundiária de um Parque Natural Municipal,
295 conforme projeto apresentado à Supram; b) elaboração do Zoneamento da APA

296 Municipal de Rio Manso”. Foram registradas abstenções dos conselheiros João
297 Eustáquio Beraldo Teixeira, Fábio Santos Dutra, Luiz Henrique Passos Rezende,
298 Carlos Alberto Santos Oliveira e Marco Aurélio Moreira. **6) PROCESSOS**
299 **ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 6.1) Companhia**
300 **Siderúrgica Nacional (CSN). Barragem de contenção de rejeitos / resíduos.**
301 **Congonhas/MG. PA 00103/1981/058/2008, DNPM 43.306/1956.** Licença
302 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual,
303 com nova redação para a condicionante 4: – “Protocolar, na Gerência de
304 Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas (IEF), solicitação para
305 abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a
306 Lei nº 9.985/00, Decreto estadual nº 45.175/09 e Decreto estadual nº 45.629/11,
307 considerando o processo de expansão da mina Casa de Pedra (processo COPAM
308 0103/1981/033/2005 – LI), ou comprovar o cumprimento da mesma ao NCA/IEF.
309 Prazo: até 30 (trinta) dias da publicação da decisão da URC que estabeleceu essa
310 condicionante”. Foram registradas abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra,
311 Luiz Henrique Passos Rezende, Carlos Alberto Santos Oliveira e Marco Aurélio
312 Moreira. Avaliação Ambiental Estratégica. A conselheira Lenice Guimarães Neves
313 registrou ofício endereçado pelo Instituto Ekos ao secretário de Estado de Meio
314 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Adriano Magalhães Chaves: “Senhor
315 secretário, o Instituto Ekos para o Desenvolvimento Sustentável, na qualidade de
316 conselheiro titular da Unidade Regional Colegiada da Bacia Hidrográfica do Rio
317 Paraopeba - URC Paraopeba, vem acompanhando e participando, efetivamente, das
318 tomadas de decisão acerca dos processos de licenciamento ambiental, juntamente
319 com os seus pares. Em especial, tem no chamado a atenção o elevado número de
320 processos de um mesmo território, os quais são, usualmente, analisados
321 individualmente. Na 45ª reunião ordinária da URC Paraopeba, ocorrida no dia 29 de
322 agosto de 2011, por exemplo, formaram a pauta seis processos de licenciamento
323 ambiental da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, no município de Congonhas.
324 No caso específico de Congonhas, temos sido informados sobre eventuais impactos
325 negativos de elevada magnitude e importância social decorrentes de expansões de
326 empreendimentos já implantados e da implantação de novos empreendimentos,
327 sobretudo do setor de mineração e siderurgia. Valemo-nos deste para formalizar
328 solicitação à Sua Excelência de analisar a possibilidade de proceder uma Avaliação
329 Ambiental Estratégica que contemple o somatório das expansões e dos novos
330 empreendimentos já licenciados ou em processo ou em vias de receber licença, de
331 maneira que possam ser considerados, em uma visão sistêmica e integrada, o
332 conjunto dos aspectos ambientais decorrentes desse peculiar contexto, bem como as
333 relações de causa e efeito, inclusive, provavelmente, sinérgicos, decorrentes das
334 diversas emissões de subprodutos das distintas unidades produtivas lá localizadas.
335 Esperamos termos abordado o problema com clareza e objetividade adequadas para
336 que se promova a sensibilização de Sua Excelência e quiçá reconhecer a pertinência
337 da nossa solicitação. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que
338 se fizerem necessários e antecipamos agradecimentos à valiosíssima atenção.

339 Respeitosamente, Débora Ester Santos, diretora-presidente do Instituto Ekos para o
340 Desenvolvimento Sustentável.” Isabel Cristina Menezes, diretora da Supram Central
341 Metropolitana: “A Supram Central não considera que houve prejuízo ou
342 fragmentação de análise, uma vez que esses processos já estão em processo de
343 Licença de Operação e houve toda uma análise em Licença Prévia ou Licença
344 Prévia e de Instalação de Ampliação, o que não foi fragmentado. Está fragmentando,
345 sim, as LOs, o que não traz prejuízo na análise sistêmica nas fases de viabilidade
346 ambiental.” **6.2) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Pilhas de rejeito /**
347 **estéril. Congonhas/MG. PA 00103/1981/073/2011, DNPM 43.306/1956.** Licença
348 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual,
349 com nova redação para a condicionante 3: “Protocolar, na Gerência de
350 Compensação Ambiental do Instituto Estadual de Florestas (IEF), solicitação para
351 abertura de processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a
352 Lei nº 9.985/00, Decreto estadual nº 45.175/09 e Decreto estadual nº 45.629/11,
353 considerando o processo de expansão da mina Casa de Pedra (processo COPAM
354 0103/1981/033/2005 – LI), ou comprovar o cumprimento da mesma ao NCA/IEF.
355 Prazo: até 30 (trinta) dias da publicação da decisão da URC que estabeleceu essa
356 condicionante”. Foram registradas abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra,
357 Luiz Henrique Passos Rezende, Carlos Alberto Santos Oliveira e Marco Aurélio
358 Moreira. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**
359 **PARA PESQUISA MINERAL. 7.1) Alaska Comércio de Minerais Ltda. Lavra**
360 **a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco de minério de ferro e**
361 **unidade de tratamento de minerais. Belo Vale/MG. PA 13977/2010/001/2011,**
362 **DNPM 831.202/2006.** Licença concedida por unanimidade nos termos do parecer
363 técnico e controle processual, com inclusão das seguintes condicionantes: – “Que o
364 programa de reabilitação das áreas degradadas apresentado pela empresa seja
365 ampliado para um escopo que contemple as mesmas ações de um Pafem, pelo
366 princípio da precaução e considerando a hipótese de inviabilidade do
367 empreendimento ou outro escopo definido pela Supram Central Metropolitana.
368 Prazo: 60 (sessenta) dias para atualização do plano”; – “Apresentar comprovação de
369 que a empresa terá condições econômicas de recuperar a área degradada daqui a 2
370 (dois) anos, por precaução à hipótese de inviabilidade do empreendimento. Prazo:
371 junto com o plano de recuperação da área degradada atualizado: 60 (sessenta) dias”.
372 A URC Rio Paraopeba aprovou ainda nova redação para a condicionante 5:
373 “Realizar o monitoramento conforme Anexo II. Incluir, no rol de parâmetros de
374 monitoramento das águas, o alumínio e o fósforo. Prazo: durante a vigência da
375 licença”. A conselheira Lenice Neves Guimarães registrou recomendação para que
376 seja exigida condicionante relativa ao monitoramento da fauna na fase de Licença
377 Prévia, nos seguintes termos: “Monitorar, semestralmente, o comportamento da
378 fauna, apresentando relatórios anuais à Supram, a fim de subsidiar a decisão sobre a
379 viabilidade ambiental do empreendimento, caso a viabilidade econômica seja
380 comprovada na pesquisa objeto desta LOP.” Foram registradas abstenções dos
381 conselheiros Fábio Santos Dutra, Luiz Henrique Passos Rezende, Carlos Alberto

382 Santos Oliveira e Marco Aurélio Moreira na votação deste processo. **8)**
383 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1)**
384 **Minerita Minérios Itaúna Ltda. Unidade de tratamento de minerais.**
385 **Itatiaiuçu/MG. PA 00368/1989/038/2011, DNPM 830.000/1989.** Licença
386 concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual.
387 Foram registradas abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra e Marco Aurélio
388 Moreira. A conselheira Lenice Neves Guimarães fez o seguinte registro como
389 recomendação à Supram: “Que os empreendimentos localizados nas bacias
390 hidrográficas de mananciais, sobretudo Serra Azul e Rio Manso, que são
391 fundamentais para a região metropolitana, sejam analisados, na fase de Licença
392 Prévia, à luz da lei estadual 10.793/1992, a lei de proteção de mananciais, e também
393 à luz do Pacuera do Sistema Rio Manso, assim que ele for aprovado.” **8.2)**
394 **Mineração Usiminas S/A. Pilhas de rejeito / estéril, unidade de tratamento de**
395 **minerais. Itatiaiuçu/MG. PA 00066/1984/033/2011, DNPM 006.274/1959.**
396 Licença concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle
397 processual, com abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra, Carlos Alberto
398 Santos Oliveira e Marco Aurélio Moreira. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
399 **DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Asfad – Associação de Farmácias e**
400 **Drogarias. Transporte rodoviário de resíduos perigosos. Belo Horizonte/MG.**
401 **PA 08804/2008/001/2010.** Licença concedida por unanimidade nos termos do
402 parecer técnico e controle processual, com abstenções dos conselheiros Fábio Santos
403 Dutra, Carlos Alberto Santos Oliveira e Marco Aurélio Moreira. **10) PROCESSOS**
404 **ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE OPERAÇÃO CORRETIVA. 10.1)**
405 **Fornac Ltda. Produção de fundidos de ferro e aço, sem tratamento químico**
406 **superficial, inclusive a partir de reciclagem. Igarapé/MG. PA**
407 **00252/2004/003/2011.** Processo baixado em diligência por solicitação da secretaria
408 executiva, “em virtude da ausência de encaminhamento da autorização para o
409 licenciamento ambiental da APA Municipal Igarapé e da ausência de ciência nos
410 termos do artigo 5ª da resolução Conama 428/2010”. **10.2) Posto Campinho. Posto**
411 **revendedor e de abastecimento de combustível. Paraopeba/MG. PA**
412 **00679/2002/002/2002.** Licença concedida por unanimidade nos termos do parecer
413 técnico e controle processual, com abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra,
414 Carlos Alberto Santos Oliveira e Marco Aurélio Moreira. A Supram registrou
415 retificação do prazo constante no Anexo II, automonitoramento, teste de
416 estanqueidade: retificar para 24 (vinte e quatro) meses. **11) PROCESSO**
417 **ADMINISTRATIVO DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO.**
418 **11.1) Petrolub Industrial de Lubrificantes Ltda. Transporte rodoviário de**
419 **resíduos perigosos. Sete Lagoas/MG. PA 00158/1988/022/2011.** Licença
420 revalidada por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual,
421 com abstenções dos conselheiros Fábio Santos Dutra, Carlos Alberto Santos
422 Oliveira e Marco Aurélio Moreira. **12) ASSUNTOS GERAIS. Abstenção de voto.**
423 O conselheiro João Eustáquio Beraldo Teixeira declarou sua abstenção de voto para
424 todos os processos constantes da pauta desta sessão, porém, se retirou da reunião

425 antes da votação dos mesmos. **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a
426 serem tratados, a presidente Ana Carolina de Brito Machado declarou encerrada a
427 sessão, da qual foi lavrada esta ata.

428

429

APROVAÇÃO DA ATA

430

431

432

Presidente Ana Carolina de Brito Machado